

política

Moraes encaminha à PGR defesa de Jair Bolsonaro

Ao todo, foram 5 denúncias contra 34 pessoas em caso de tentativa de golpe

/ STF

O ministro Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, encaminhou neste sábado à Procuradoria-Geral da República (PGR) as defesas do ex-presidente da República Jair Bolsonaro e de outros acusados em investigação sobre tentativa de golpe de Estado.

Ao todo, foram cinco denúncias contra 34 pessoas. Entre outros crimes apontados estão a tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e organização criminosa.

Os advogados dos acusados negam a participação dos investigados no planejamento e atos preparatórios de um eventual golpe.

O Supremo pede que a PGR avalie os argumentos das defesas e emita seu parecer em cinco dias úteis, com base na Lei 8.038/90. O prazo começa a contar hoje e termina na sexta-feira, dia 14.

Terminou na última quinta-feira o prazo para Bolsonaro e



Prazo para defesa do ex-presidente e demais denunciados terminou na quinta

os demais denunciados enviarem suas defesas prévias ao Supremo Tribunal Federal (STF). As defesas montaram forças-tarefa para analisar os autos e preparar sua argumentação.

Em entrevista ao Estadão, logo após a denúncia do procurador-geral, Paulo Gonet, chegar ao STF, os advogados de defesa afirmaram que a tese da acusação “não faz qualquer sentido”.

Um dos argumentos da defesa do ex-presidente é o de que, se ele quisesse dar um golpe, Bolsonaro poderia ter trocado os comandantes das Forças Armadas para obter apoio dos militares. São investigações que envolvem o aparelhamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o uso da Polícia Rodoviária Federal para influenciar as eleições de 2022 e os atos do 8 de janeiro.

1ª Turma do STF forma maioria para tornar deputados do PL réus

Com voto da ministra Carmén Lúcia neste sábado, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para tornar réus os deputados Josimar Maranhãozinho (PL-MA) e Pastor Gil (PL-MA), além do suplente de deputado Bosco Costa (PL-SE), por corrupção pelo uso indevido de emendas parlamentares.

Além de Cármen Lúcia, os ministros Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin, que é relator do caso, também votaram a favor de aceitar a denúncia ofertada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que aponta que o trio cobrava uma propina de 25% dos recursos destinados para o município de São José de Ribamar, na Região Metropolitana de São Luís, capital maranhense.

Os parlamentares negam irregularidades no direcionamento dos recursos. As defesas pediram ao STF a rejeição da denúncia por falta de provas.

Os ministros Flávio Dino e Luiz Fux, que completam a Primeira Turma, ainda não apresentaram seus votos. O julgamento corre até o dia 11 de março no plenário virtual do STF.

Segundo a denúncia da PGR, baseada em investigação da Polícia Federal (PF), os três parla-

mentares teriam pedido propina de R\$ 1,66 milhão em troca de R\$ 6,67 milhões destinados ao município na área da saúde.

Entre as provas coletadas pela PF, estão conversas em que os deputados mencionam reuniões para cobrar pagamento de comissões, além da organização de agendas com autoridades do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Os nomes dos três deputados foram antecipados em outubro do ano passado pelo Estadão.

Na época, foi revelado que a PF encontrou, no celular de Maranhãozinho, uma troca de mensagens com os outros dois deputados e também com o empresário Josival Cavalcanti da Silva, o Pacovan, sobre a negociação de emendas para o município.

A investigação que levou à denúncia dos parlamentares é um desdobramento de uma operação iniciada no Maranhão em dezembro de 2020.

Na ocasião, um prefeito do Estado denunciou à PF que Pacovan cobrava propina e dizia que atuava para parlamentares.

A PF apreendeu, entre os papéis desse investigado, uma lista com nomes dos parlamentares denunciados.

Novo presidente do PT se diz ‘defensor intransigente’ de Haddad e promete discrição

/ PARTIDOS

Presidente interino do PT, o senador Humberto Costa (PE) afirmou ao jornal Folha de São Paulo que é um “defensor intransigente” de Fernando Haddad (PT) e que não fará embates públicos com o ministro da Fazenda, uma das marcas da gestão de sua antecessora, a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR).

“Não tenho grandes pretensões de me envolver nesse tipo de debate. Sou apoiador do trabalho do ministro Fernando Haddad, entendendo que ele está fazendo uma gestão econômica muito boa. Não vai ser meu papel, com essa provisoriedade, essa interinidade, querer me meter a dar grandes opiniões sobre essas coisas”, disse.

A gestão de Gleisi ficou marcada por divergências sobre medidas de ajuste fiscal defendidas por Haddad para equilibrar as contas públicas. Ela sustentava que o partido precisava “fazer o debate de ideias” e que era função do PT ajudar a puxar o governo para a esquerda, já que o presidente Lula

foi eleito por uma frente ampla.

O PT, por exemplo, recomendou no ano passado que as bancadas avaliassem “com profundidade” e debatessem com o governo os impactos do projeto de lei que mudava regras de acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), auxílio pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. O texto acabou desidratado.

Gleisi se afastará da presidência do PT para assumir nesta segunda-feira como ministra da Secretaria de Relações Institucionais e ficará responsável pelas negociações políticas do governo Lula. Ela entra no lugar de Alexandre Padilha (PT), deslocado para o cargo de ministro da Saúde.

Na sexta, a Comissão Executiva Nacional do PT escolheu Costa para o posto de comando do partido até 6 de julho, quando ocorrerá a eleição interna na qual os filiados vão escolher os novos presidentes municipais, estaduais e nacional.

O presidente interino do PT afirma que não sairá candidato, apesar das divergências entre os

grupos do partido sobre a eleição. As disputas ocorrem inclusive na própria corrente de Costa, a CNB (Construindo um Novo Brasil), grupo ao qual pertencem Lula, Haddad e Gleisi.

O favorito de Lula para comandar a sigla é o ex-prefeito de Araraquara Edinho Silva (PT), da CNB, mas outros grupos da corrente querem disputar o cargo, como o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (CE). Existem também alas mais à esquerda com outros candidatos.

“Não tenho essa pretensão de disputar. Nem neste momento nem para o próximo momento. Sou presidente interino. Vou até o começo de julho e vou apoiar, naturalmente, algum candidato a presidente com o qual eu tenha identidade”, disse ele à Folha.

Apesar de antecipar que não fará embates públicos com Haddad, numa conduta diferente daquela adotada por Gleisi, Costa elogiou a postura dela e disse que todos “vão se surpreender” no ministério. “Ela é uma pessoa aberta ao diálogo, capaz de encontrar en-



PT nacional escolheu Costa para o comando do partido até 6 de julho

tendimentos”, disse o senador.

Ele concorda que o partido deve se posicionar sobre as questões que envolvem o governo e a política econômica, mas antecipa que optará por uma postura mais discreta para fazer a transição. “Eu tenho minha posição. Sou defensor intransigente do ministro Haddad, mas isso não vai estar no nosso radar nesse período”, disse.

As prioridades de Costa em quatro meses no cargo serão orga-

nizar a eleição interna, estimular a entrada de novos filiados e defender a aprovação, pelo Congresso, da redução da jornada de trabalho e da ampliação da faixa de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. “Neste tempo, vai ser muita mobilização para pressionar o Congresso a aprovar essas medidas”, disse o parlamentar, que aponta resistências de parte da sociedade a essas matérias.